



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

**Processo TC** 6911/989/16  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** Salto  
**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO  
**Período** 07/2017  
**Relator** Dr. Robson Marinho  
**Unidade Fiscalizadora** UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA  
**Responsável** JOSE GERALDO GARCIA  
**Cargo** PREFEITO  
**CPF** 032.586.138-26  
**Período de Gestão** 01/01/2017 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

<b>Previsão acumulada</b>	R\$ 205.696.717,87	
<b>Realização acumulada</b>	R\$ 192.372.808,28	
<b>Variação</b>	R\$ -13.323.909,59	-6,4775%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9º da Lei supra citada.

## 2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

<b>Receitas Realizadas :</b>	R\$ 192.372.808,28	
<b>Despesas Liquidadas até o Bimestre</b>	R\$ 168.601.688,36	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ 23.771.119,92	12,3568%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

## 2.3 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.4 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.5 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

### Posição no exercício anterior

<b>Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>
SAAE - AMBIENTE	R\$ 223.537,40	R\$ 169.980,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO	R\$ 0.00	R\$ 8.768.249,12

### Movimentação no Exercício

<b>Nome Órgão</b>	<b>Inscrições</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Cancelamentos</b>
SAAE - AMBIENTE	R\$ 0.00	R\$ 330.549,74	R\$ 62.107,94
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO	R\$ 0.00	R\$ 6.133.325,01	R\$ 353.914,80

**Posição atual**

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
SAAE - AMBIENTE	R\$ 411,50	R\$ 448,50	R\$ 98.379,49
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO	R\$ 0.00	R\$ 2.281.009,31	R\$ 2.192.064,03

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

### 3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

#### 3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 237.817.992,51
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 60.924.980,25
<b>Índice Apurado</b>	25,6183%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

#### 3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 141.768.349,17	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 38.622.663,14	27,2435%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 33.777.430,20	23,8258%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 33.629.286,99	23,7213%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

### 3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 141.768.349,17	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 38.622.663,14	27,2435%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 33.777.430,20	23,8258%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 33.629.286,99	23,7213%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

### 3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	
		<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ 14.885.197,63	R\$ 20.133.270,19	R\$ 20.695.578,73	102,7929%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21 da Lei 11.494/07.

### 3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada Magistério</b>	
		<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ 14.885.197,63	R\$ 20.133.270,19	R\$ 15.214.499,05	75,5689%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

### 3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Aplic. Financ.</b>	<b>Desp Empenhada</b>	<b>Saldo Atual</b>
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

### 3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 17.685.613,07	R\$ 3.373.586,27	19,0753%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que não indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

## 4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

### 4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 237.817.992,51
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 60.473.115,86
Índice Apurado	25,4283%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

### 4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 141.768.349,17	
Despesa Empenhada	R\$ 48.280.439,89	34,0559%
Despesa Liquidada	R\$ 37.821.360,51	26,6783%
Despesa Paga	R\$ 37.611.538,89	26,5303%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

### 4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 141.768.349,17	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 48.280.439,89	34,0559%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 37.821.360,51	26,6783%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 37.611.538,89	26,5303%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 12/09/2017

**Hora da Geração:** 20:57:55